

Editorial

POLÍTICA E COMPREENSÃO DA POLÍTICA

Marcelo Perine

Quando as chamas de Budapest indignaram as consciências dos homens civilizados, radicalizando uma discussão já desencadeada pelo outubro polonês, um lúcido artigo de Paul Ricoeur sobre O Paradoxo Político (Esprit, maio de 1957) convidava a passar da emoção absoluta à consideração relativa dessa história sem surpresas que é a do poder; história que desenvolve sempre o mesmo paradoxo de um duplo progresso, na racionalidade e nas possibilidades de perversão. Esta evocação inicial quer simplesmente marcar o objeto e a perspectiva da presente reflexão. Com efeito, diante da política, o filósofo não pode senão assumir a atitude exemplarmente traduzida pela máxima espinoziana: non lugere nec ridere sed intelligere.

É certo que muito frequentemente a política se apresenta como deplorável ou risível. Entretanto, os que reconhecem dignidade e valor ao que Aristóteles chamou de politiké pragmateia sabem que a consideração da vida em comum dos homens segundo as suas estruturas é fundamental para a sobrevivência do riso, do choro, da compreensão e de todos os fenômenos que constituem o estrito, não estreito, campo do humano.

Estamos assistindo a um dos fatos políticos mais importantes da nossa história recente. O processo de transição democrática tão duramente conquistado pelas forças vivas e conscientes da Nação desembocou no Congresso Constituinte, verdadeiro estuário de todas as correntes políticas que irrigaram o solo nacional nos últimos anos, fecundando esperanças, alimentando interesses e despertando do pesadelo autoritário até as camadas mais reprimidas dos porões da nossa sociedade. O momento de encerrar mais um capítulo na escritura da nossa história é o tempo oportuno para passar da emoção absoluta à consideração relativa, uma vez que no fato vivido se revelou a natureza da política.

A política se inscreve no estrito campo do humano porque ela configura o domínio dos interesses e do conflito dos interesses particulares e vitais, no interior da comunidade dos homens. De fato, só existe política porque os homens são a um só tempo interessados e gregários, particulares e capazes de expressar a sua particularidade, dispostos a fazer e, no limite, sofrer violência para defender a particularidade dos seus interesses vitais. Afinal, um interesse vital é aquele que vale a vida, própria ou alheia.

Nessa parte do mundo que nos diz respeito mais diretamente, a política nasceu com a criação da pólis como meio por excelência da prática da discussão. Porém, a descoberta da persuasão como instrumento para manifestar e defender interesses vitais não levou ao abandono definitivo das armas, muito pelo contrário, porque em política não basta ter razão na discussão mas é preciso agir. Ademais, persuadir implica em dissuadir e esses dois verbos, na ativa ou na passiva, só têm sentido para os fiéis da razão.

O caráter agonístico pertence de maneira inalienável à natureza do político e da atividade humana que o põe em ação. Nenhum dos grandes realistas políticos, de Platão a Marx, se escandalizou com o fato de que toda política utiliza como instrumento específico a força por trás da qual se perfilha a violência, segundo uma expressão de Max Weber. A famosa tese de Clausewitz sobre a guerra como continuação da política com outros meios é igualmente verdadeira quando lida ao revés. A política é uma continuação da guerra com meios trocados posto que ela é o domínio das oposições, potencialmente violentas, dos interesses particulares. A particularidade da política é o que a caracteriza universalmente. Toda política é partidária, e o único universal que ela conhece é a universalidade dos interesses em conflito e a necessidade de escolher entre eles.

Mas se é preciso escolher entre interesses opostos, o universal da política não oferece nenhum critério que permita decidir e agir. O particular da política é demasiado universal para o político, que não está preocupado com a universalidade dos interesses em conflito, porque este é como o ar que ele respira. Em política, para o político, trata-se de acertar na decisão e na ação porque os homens interessados não costumam perdoar os fracassos decorrentes de erros políticos.

O universal particular da política revela assim, não ao político, a sua grandeza e o seu limite. Escolher entre interesses opostos, agir em

vista da sua satisfação, numa palavra, ter sucesso na luta política é essencial para a vida dos homens, mas não é o único aspecto que conta na vida dos homens. Existem fatores não estritamente políticos que podem acarretar o fracasso de decisões políticas. Os homens políticos sabem disso e a propaganda não é uma invenção recente. Isso se entende porque os homens não são exclusivamente seres políticos, isto é, exclusivamente interessados na obtenção de vantagens particulares através da luta. No céu que cobre e dá sentido à terra dos homens há outras estrelas de primeira grandeza, outros sagrados tão ou mais fortes que o sagrado político, e os homens políticos sabem que as vitórias de Pirro não são as que fazem o sucesso de uma política.

É verdade que a constelação de sagrados da vida humana é formada por outros universais particulares como o da política, e que entre eles se trava a mesma luta que encontramos nos limites do político. Porém, o que os sacerdotes de todos esses sagrados não vêem é que no conjunto de todos os universais particulares da vida dos homens se desenha, desde antigo, a idéia (no sentido platônico) de universalidade absoluta, que na modernidade se revela como ideal (no sentido kantiano) de satisfação na liberdade. Falando mais banalmente, hoje em dia, mais do que nunca, os homens sensatos compreenderam que a satisfação das necessidades e dos interesses pode ser obtida não pela luta entre os homens, mas pela luta em comum na conquista da universal liberdade das particularidades sensatas.

Não é preciso alertar o filósofo para o fato de que a sua linguagem é estranha aos homens políticos. A falta, porém, não é da filosofia, que mostra a sua boa fé tomando a sério até as evidências mais banais que a política não vê porque não pode ver. A política sempre foi e, segundo a sua natureza, sempre será violência contra a violência. Mas nisso está o seu sentido, não o seu equívoco. Se a política tem um sentido, e depende de nós que ela o tenha, este se encontra na criação das condições externas necessárias, não suficientes, à realização da liberdade universal dos indivíduos nas suas particularidades sensatas. Mais do que isso a política não pode oferecer sem desvirtuar o seu conceito. Mas o seu limite é a sua grandeza.

A formulação de leis que governem a vida em comum dos homens é das mais elevadas expressões dessa violência informada que é a política. Desde os primórdios, quase todos os que compreenderam a natureza e o sentido da política a descobriram como uma das formas da razão legisladora, suprema manifestação da vontade livre.

O problema das formas de governo (politeífas schémata) é tão antigo quanto a arte política (politiké pragmatéfa). Desde Plantão (Leis 718 d), Aristóteles (Política 1286 a), Píndaro (no famoso fragmento do Nómos Basiléus) e Cícero (Pro Cluentio, 53: omnes legum servi sumus uti liberi esse possimus), o governo das leis tem sido afirmado como a mais alta forma de convivência entre os homens. Nem a máxima de Ulpiano — princeps legibus solutus est —, que fez as delícias dos juristas medievais, interrompe essa linha mestra da tradição ocidental. Com efeito, São Tomás de Aquino afirma que o soberano está livre das leis positivas mas não das leis divinas e naturais (S.Th., Ia, IIae, q. 96, a. 5). Até mesmo o incompreendido Maquiavel e o mal interpretado Hegel, que reconhecem o papel fundamental dos heróis fundadores de Estados, afirmam que a grandeza excepcional deles está em fundar um Estado de direito. Escrever uma Constituição, dar forma legal e universal à vida em comum dos homens é das tarefas que melhor revelam a natureza e o sentido da política.

O espetáculo que assistimos especialmente durante a votação da nova Constituição mostrou à sociedade a natureza agonística da política. As manobras, as alianças, as astúcias, as demonstrações de força, o jogo de influências, os lobbies, os grupos de pressão, a propaganda, as estratégias, os avanços e recuos táticos, enfim, a vitória e a derrota, toda essa terminologia que parece emprestada de um manual militar, tornou-se a moeda corrente dos meios de informação para descrever os trabalhos do Congresso Constituinte. Não há nada de escandaloso nisso tudo, pelo menos para quem compreende que no campo de batalha só a violência é eficaz no interesse da não violência. Diante de tal quadro os versos maquiavélicos do Dell'ambizione cobram uma inquietante atualidade:

**Qual regione o qual città n'è priva?
Qual borgo, qual tugurio? In ogni lato
l'Ambizione e l'Avarizia arriva.**

No final dos seus trabalhos e dias os nossos constituintes certamente não se envergonham das suas vitórias, e é previsível que as suas derrotas tenham sido armazenadas para aumentar o seu poder de fogo no momento do contra-ataque, ou para servir de escudo protetor no momento de lavar as mãos diante do fracasso, que será dito alheio, mesmo que seja o fracasso de toda a Nação. Os que se dedicam à política seguramente não ignoram o que Max Weber chamou de paradoxos éticos de tal vocação, mas eles também não

podem ignorar, se são honestos, a responsabilidade quanto àquilo em que eles podem se transformar sob a pressão daqueles paradoxos. Os políticos por vocação, os que têm altura para medir-se com o mundo tal como ele é e tal como ele ordinariamente se apresenta, são conscientes de que as tarefas da política não podem ser concretizadas sem violência.

Porém, é novamente Weber que o afirma, o esforço político exige a um tempo paixão e senso das proporções. E aqui se coloca a questão do sentido da política. Só no momento em que a política toma consciência da sua natureza é que ela pode querer tornar supérflua a sua própria violência contra a violência. O sentido da política se encontra na criação das condições externas necessárias à realização da liberdade universal dos indivíduos nas suas particularidades sensatas. Ora, uma dessas condições é que a luta das violências individuais e dos grupos seja educada à racionalidade do interesse comum e que o interesse universal supere, no espírito de todos, o da satisfação imediata. A vocação de educadora é conatural à política.

Condição impossível de ser realizada? É arriscado responder sim ou não sem cair no profetismo, atitude que o filósofo não pode absolutamente pretender. A condição é necessária, e se ela pode ser pensada assim verdadeiramente, ela deve poder permanecer pelo menos como ideal, como idéia reguladora que indica a direção, não o caminho, de uma política que se queira razoável. O mundo da produção e organização mundiais racionais, no qual o interesse mais primitivo está ligado ao interesse de todos, já é uma demonstração, mesmo que imperfeita, de que a idéia de universalidade absoluta se tornou uma possibilidade concreta.

Mas a condição é insuficiente. Primeiro porque a esmagadora maioria dos indivíduos não tem acesso às condições externas necessárias à realização de suas particularidades sensatas (O problema da justiça política será tratado no próximo editorial desta revista). Segundo, e mais grave, porque estar relativamente livre das necessidades e dos interesses particulares e imediatos não significa saber o que fazer com a liberdade tornada possível e real. O paradoxo político evocado no início desta reflexão mostra constantemente que, pelo menos no que diz respeito ao poder — e o poder é questão central na política —, o crescimento da racionalidade é proporcional ao das possibilidades de perversão.

Rir ou chorar diante do atual panorama político brasileiro são atitudes que a própria realidade tornou possíveis. Tanto o pessimismo derrotista e desesperado como o otimismo hilariante e triunfalista são compreensíveis no final de uma batalha. Um grande filósofo dos nossos dias, Eric Weil, disse que as constituições ideais têm o inconveniente de serem ideais no momento da sua concepção, para se tornarem inaplicáveis no momento histórico em que o conceito da vida que as inspirou se aproxima da sua realização. Para quem quer compreender a realidade no seu presente mais ordinariamente histórico é conveniente seguir o sábio conselho de Aristóteles e munir-se de uma boa dose de ceticismo, tão necessário para equilibrar a paixão com o senso das proporções ou para passar da emoção absoluta à consideração relativa. Aos cientistas políticos e aos políticos por vocação, o filósofo não pode oferecer mais do que a ajuda na compreensão da realidade na sua totalidade, que não é inteiramente política. E é sempre bom lembrar que a realidade compreendida não é mais a mesma de antes da compreensão.